

Damão — sempre num sentido depreciativo para os primeiros. Continua a dizer que «aqui domina a prevenção, a desconfiança, quando não a antipatia mais ou menos declarada» (p. 132) — a ideia, mais uma vez, de que, em oposição à afectividade que se verificara aquando da sua chegada a outros territórios, se manifestava, entre os goeses, uma certa altivez indiferente e inesperada.

Enfim, embora este *Relatório ao Governo* constitua um lucidíssimo inventário de problemas (e de soluções possíveis que não foram escutadas pelo governo português?) que assolavam o antigo Estado da Índia, ele surge também como uma espécie de canto do cisne por uma experiência cujo fim era talvez impossível de deter. E que, política e institucionalmente, chegaria cinco anos depois.

ÂNGELA BARRETO XAVIER

António Costa Pinto (ed.), **Modern Portugal**, Palo Alto, Califórnia, SPOSS, 1998, XIII + 312 páginas (Society for Promotion of Science and Scholarship)

As monografias ou estudos de país sobre Portugal em língua inglesa são não apenas relativamente escassos, como têm geralmente uma «vida de prateleira» bastante curta. Embora tenham surgido apenas cerca

de oito obras deste género¹ desde 1974, altura em que o ritmo da mudança acelerou em Portugal, este novo volume editado pelo professor António Costa Pinto deverá revelar-se uma excepção às «regras do jogo»: tais livros em breve se tornam desactualizados na sua cobertura de acontecimentos recentes, saindo rapidamente de circulação. Se um professor de um país anglófono decidisse hoje apresentar uma perspectiva geral ou curso introdutório sobre Portugal, ou um ponto de vista mais especializado sobre determinados aspectos da vida portuguesa da actualidade, recomendaria certamente *Modern Portugal* não só aos alunos principiantes, como aos mais avançados.

O editor deste conjunto de capítulos supervisionou a criação de uma obra que possui elementos de uma verdadeiro clássico da especialidade, bem como os ingredientes do suces-

¹ Designamente: Eugene Keefe (ed.), *Portugal* (1977); Nelson Vieira (ed.), *Roads to Today's Portugal* (1983); L. Graham e D. L. Wheeler (eds.), *In Search of Modern Portugal: The Revolution and Its Consequences* (1983); Tom Gallagher, *Portugal: Ancient Country, Young Democracy* (1990); Walter C. Opello Jr., *Portugal. From Monarchy to Pluralist Democracy* (1991); R. Herr (ed.), *The New Portugal. Democracy and Europa* (1992); Eric Solsten (ed.), *Portugal. A Country Study* (1993). A estas oito obras poderíamos acrescentar mais dois livros que, em finais dos anos 70, tinham pretensões a estudos gerais, embora enfatizassem principalmente aspectos históricos e políticos, respectivamente, e não analisassem em profundidade os desenvolvimentos culturais: Richard A. H. Robinson, *Contemporary Portugal: A History* (1979); L. Graham e H. Makler (eds.), *Contemporary Portugal: The Revolution and Its Antecedents* (1979).

so. Tanto professores como alunos beneficiarão da estratégia de selecção dos temas tratados sobre o Portugal contemporâneo, não apenas cronologicamente, como em termos de tópicos e disciplinas e do sólido, lúcido, estilo de escrita que não cai na armadilha da «simplificação», da extensão do volume, da documentação seleccionada (tabelas, gráficos), dos autores escolhidos e do útil índice remissivo. Em termos de documentação, para um país onde a geografia é um factor tão essencial, a inclusão de alguns mapas de Portugal e das suas ilhas atlânticas, e talvez do império ultramarino histórico, teria certamente enriquecido a obra.

O editor de *Modern Portugal* seleccionou um grupo dos mais notáveis estudiosos nos diversos campos da investigação, optando deliberadamente pela revisão do século xx português, em vez de se circunscrever aos desenvolvimentos mais recentes. Com algumas excepções, que indicaremos nesta recensão, a abordagem de tópicos e campos de estudo é de tal modo minuciosa e abrangente que garante à obra um lugar de destaque entre as suas congéneres de língua inglesa publicadas nas últimas três décadas. *Modern Portugal* inclui treze capítulos normais e um décimo quarto capítulo de conclusão, sob o título feliz «Learning from the Portuguese experience: some quick conclusions about some long processes», assinado pela professora Nancy Bermeo, da Universidade de Princeton.

Os referidos treze capítulos incluem um capítulo inicial de introdução ao Portugal do século xx e sua

história assinado pelo editor, António Costa Pinto, um ensaio que, contudo, termina efectivamente em 1945. Segue-se um estudo sobre o império colonial assinado por Valentim Alexandre, uma perspectiva sobre a política externa (1890-1986) de Nuno Severiano Teixeira, o desenvolvimento económico das décadas de 30 e 40 por Fernando Rosas, a economia portuguesa desde 1926 aos anos 90 por José M. Brandão de Brito, o desenvolvimento democrático português desde 1974 por Manuel Braga da Cruz, as forças armadas e a democracia por Maria Carrilho, uma revisão sociológica assinada por João Ferreira de Almeida, um brilhante e iconoclasta estudo de Virgínia Ferreira sobre a mobilização social das mulheres e a sociedade desde 1974, um estudo da emigração portuguesa pós-1945 por Maria I. B. Baganha, uma análise dos mitos culturais e da identidade nacional portuguesa assinada pelo editor, António Costa Pinto, em co-autoria com Nuno Monteiro, uma revisão de João Camilo dos Santos da literatura portuguesa contemporânea e uma perspectiva de João Pinharanda sobre a arte portuguesa do século xx. Em graus variáveis, cada um dos capítulos apresenta notas sobre as fontes utilizadas.

De um modo geral, a história que estes estudiosos têm para nos contar é uma história positiva de uma amplamente bem sucedida, se não mesmo fácil, transição da ditadura para a democracia de uma pequena nação do extremo ocidental da Europa, a história de como as mudanças políticas de Portugal — que começaram, pelo

menos em teoria, com o relativamente pacífico golpe militar de 25 de Abril de 1974 e a subsequente revolução — dariam início à «terceira vaga de democratização» do mundo e de como, tal como Nuno Severiano Teixeira eloquentemente escreveu, Portugal mudou «o seu lugar no mundo».

Para os estudantes de história portuguesa, este conjunto de estudos privilegia, salvo raras exceções, o factor histórico. A história do nosso século é minuciosamente examinada em *Modern Portugal*, se bem que fosse desejável a inclusão no volume de mais material de fundo sobre a Igreja, o catolicismo e a religião, bem como sobre a lei e as instituições legais. Além disso, pelo menos na opinião deste crítico, uma mais extensa revisão da história do século XIX seria de grande utilidade para os estudantes, que não encontram tal material na maior parte das obras em língua inglesa sobre Portugal. Ainda assim, três dos capítulos fornecem, de facto, alguns dados essenciais sobre o século XIX no que toca aos respectivos tópicos analisados: a perspectiva de Nuno Teixeira sobre a política externa, a análise de Monteiro e Costa Pinto dos mitos culturais e identidade nacional e o capítulo de João Camilo dos Santos sobre a literatura contemporânea portuguesa. Uma vez que os estudantes em início de curso necessitam de uma explicação sobre as raízes das questões-chave que a classe governadora enfrentava no turbulento período da I República — não apenas as três principais questões do regime, das colónias ou impé-

rio e da religião, como sugere uma das obras de referência², mas também a questão social (especialmente as relações entre trabalhadores e patronato) e as questões das finanças (as dívidas e bancarrota do governo) —, seria importante traçar os antecedentes dos acontecimentos do século XX, bem como delinear as origens dos problemas que Portugal viria a enfrentar nesse mesmo século. Diversos autores, como Maria Baganha, no seu excelente capítulo sobre a emigração portuguesa a partir de 1945, reconhecem plenamente a extensão do processo histórico e o profundo enraizamento no passado de determinados problemas. Noutros capítulos, contudo, as raízes históricas profundas não são apresentadas com tanta evidência. Da leitura do, de resto excelente, artigo de Maria Carrilho sobre as forças armadas e a sociedade pós-1974, por exemplo, os alunos principiantes não poderão saber que Portugal tem uma história de golpes e intervenções militares na política que remonta a 1817-1820, ou seja, a mais de cento e cinquenta anos antes do dealbar do golpe de Estado do Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril de 1974. Da análise do, de resto admirável, capítulo de introdução histórica de Costa Pinto, os alunos não poderão adivinhar que o «frágil movimento laboral» (p. 3) tinha, de facto, as suas raízes em meados do século XIX e foi forte o bastante no período de

² V. A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal. Da Monarquia para a República*, vol. xi, Lisboa, Presença, 1991, in J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques (eds.), *Nova História de Portugal*, pp. 678 e segs.

1908-1910 para influenciar o curso da revolução de Outubro de 1910, bem como o curso de posteriores conflitos sociais e políticos durante a primeira guerra mundial, o início dos anos 30, os meados dos anos 40 e, se bem que em segundo plano, a revolução de 1974.

E, mesmo quanto aos assuntos coloniais, o capítulo, de resto útil, de Valentim Alexandre poderia reconhecer de modo mais evidente a verdadeira idade do sistema colonial em África. Não se trata de um sistema que se tenha organizado apenas durante o período da contenda europeia por África, na década de 80 do século XIX; de facto, como afirma o autor, Valentim Alexandre, a planificação e teorização da administração colonial africana teve início na década de 30 do século passado, mas seria importante indicar aos leitores que Portugal conheceu a sua própria, prematura, «protocontenda» pelos territórios tropicais africanos durante o período de 1840-1860, especialmente em Angola, mas também na Guiné-Bissau e em Moçambique, e que na Angola de 1850, por exemplo, o sistema administrativo e fiscal incluía, além da capital, Luanda, doze municipalidades.

Contudo, dada a importância geral deste volume, tudo isto não passa de pormenores numa obra que será de grande utilidade nas salas de aula de hoje e do futuro. O crítico aconselharia o editor a organizar reedições actualizadas da obra aproximadamente a cada cinco anos e a tornar o livro

disponível em edição económica de capa mole.

O crítico não poderia concluir o presente comentário sem, pelo menos, uma breve referência a um dos melhores capítulos do conjunto: o notável, informativo e tocante capítulo 9, «Engendering Portugal: social change, state politics, and women's social mobilization», assinado pela professora Virgínia Ferreira, da Universidade de Coimbra. Além de exaustivamente documentado (tanto com obras de referência como com estudos recentes), o capítulo de Virgínia Ferreira oferece-nos uma imagem definitiva sobre o estatuto das mulheres no Portugal de hoje e sobre a complexidade e ambiguidade da situação legal e social. Apresenta também muitas ideias novas. A sua análise, que documenta a existência de uma lacuna entre a teoria e os factos, entre as afirmações da lei e a situação real, é simultaneamente lúcida e comovente. Em termos da situação das mulheres em Portugal, temos aqui um exemplo prático de como o notável conceito de «carnivalização da política» do sociólogo Boaventura Sousa Santos funciona realmente no terreno. Ao ler o capítulo de Virgínia Ferreira, que na minha opinião justifica só por si a aquisição do presente volume, os leitores beneficiarão de uma visão geral sobre os variáveis estados de espírito da sociedade portuguesa, as texturas da vida para além das classes instruídas, a labuta de uma sociedade que sofre ainda de sérios problemas e conflitos. Virgínia Ferreira documenta

numa das secções do capítulo as verdadeiras consequências da revolução portuguesa de 1974-1975³, o engano das aparências e das primeiras impressões e as raízes profundas daquilo que adequadamente designa por uma forte «barreira misógina» (p. 163). É certo que Portugal mudou o seu lugar no mundo e talvez na Europa, mas a profundidade e a amplitude da mudança num pequeno, e ainda relativamente pobre, país são discutíveis. Este argumento e o facto de que a história (ou, pelo menos, a boa história) é um debate sem fim são aquilo que contribui para tornar o estudo de Portugal e do seu povo um contínuo desafio. Dito isto, a obra *Modern Portugal*, de Costa Pinto, merece todos os elogios como obra que continuará a destacar-se do conjunto relativamente pequeno de estudos gerais recentes sobre o Portugal contemporâneo publicados em língua inglesa.

DOUGLAS L. WHEELER

³ Ainda em circulação, se bem que raramente citada por investigadores portugueses e dos países anglófonos, temos a obra editada pela Conferência Internacional de 1979 sobre a revolução de 1974-1975 e suas consequências, patrocinada pela International Conference Group on Portugal: Lawrence Graham e Douglas Wheeler (eds.), *In Search of Modern Portugal: The Revolution and Its Consequences*, 1983, Madison, WI, University of Wisconsin Press. Embora não aborde temas culturais, esta obra inclui estatísticas (apenas até 1982) e informação pormenorizada sobre a política e a psicologia da euforia da revolução, elementos de carácter emocional que estão ausentes da maior parte das páginas de *Modern Portugal*.

Cristiana Bastos, **Global Responses to AIDS. Science in Emergency**, Indiana University Press, 1999.

Desde a identificação da doença, as respostas trazidas à epidemia da SIDA foram marcadas, por um lado, por complexas articulações entre os discursos dos universos científicos e, por outro, a crítica cerrada, a contestação, a negociação, às quais numerosos grupos sociais os submetem. À longa incapacidade da ciência em adoptar uma posição unívoca correspondeu a pluralidade das reacções suscitadas por um fenómeno com vários aspectos que durante muito tempo pareceram demasiado novos. Ao longo de uma quinzena de anos desenvolveu-se, assim, um raro encontro entre as perspectivas médica e social, fazendo esta doença dissolver a dupla dicotomia existente entre, por um lado, problemas de saúde que passam por ser estritamente «médicos» (por exemplo, o cancro) e aqueles apreendidos como «sociais» (a tuberculose) e, por outro lado, os associados aos países ricos e aos países em vias de desenvolvimento (sobretudo as doenças infecciosas). Hoje o consenso médico e social lentamente estabelecido em torno da triterapia permitiu de algum modo «normalizar» a SIDA, ao mesmo tempo que a fez ingressar no modelo de uma patologia tratável no mundo desenvolvido e mortal no Terceiro Mundo. Esta conjuntura, apresentada de maneira notavelmente informada e sintética no início do livro de Cristiana Bastos, traduziu-se então